

A curadoria digital resiliente em um museu sem sede: o uso do Tainacan frente à crise climática no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul

Resilient digital curation in a museum without a physical headquarters: the use of Tainacan in the face of the climate crisis at the Anthropological Museum of Rio Grande do Sul

Felipe Benites Tramasoli*
Carla Souza de Camargo**

Palavras-chave:
Patrimônio cultural
Eventos climáticos
Tainacan

Resumo: Este artigo analisa a adoção da plataforma Tainacan como estratégia de curadoria digital resiliente no contexto da emergência climática, a partir da experiência do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS). Diante da ausência histórica de sede própria e da vulnerabilidade evidenciada pela enchente de 2024, o museu passou a utilizar o Tainacan como ferramenta para garantir a continuidade institucional, ampliar o acesso público ao patrimônio e fortalecer sua presença social. O estudo descreve as etapas de inventário, catalogação, digitalização e publicação em ambiente digital aberto, destacando como a gestão digital pode mitigar riscos, democratizar o acesso à memória e afirmar direitos culturais de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Conclui-se que, em tempos de crise climática, museus devem ser compreendidos como agentes ativos na promoção da sustentabilidade e da justiça socioambiental, e que plataformas digitais como o Tainacan oferecem caminhos concretos para a construção de políticas culturais adaptativas e inclusivas.

Keywords:
Cultural heritage
Climate events
Tainacan

Abstract: This article analyzes the adoption of the Tainacan platform as a strategy for resilient digital curation in the context of climate emergency, based on the experience of the Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS). Faced with a historical lack of a permanent physical headquarters and the vulnerabilities exposed by the 2024 flood, the museum began using Tainacan as a tool to ensure institutional continuity, expand public access to cultural heritage, and strengthen its social presence. The study outlines the stages of inventory, cataloging, digitization, and publication in an open digital environment, highlighting how digital management can mitigate risks, democratize access to memory, and affirm the cultural rights of Indigenous, Quilombola, and traditional communities. It concludes that, in times of climate crisis, museums must be understood as active agents in promoting sustainability and socio-environmental justice, and that digital platforms such as Tainacan offer concrete pathways for building adaptive and inclusive cultural policies.

Recebido em 29 de agosto de 2025. Aprovado em 17 de novembro de 2025.

Introdução

A emergência climática tem adquirido crescente centralidade no debate científico e institucional ao longo das últimas décadas em virtude do aumento sistemático da frequência e da intensidade dos eventos considerados extremos associados às mudanças do clima. Conforme

relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), não há óbice – a despeito de discursos negacionistas, muitas vezes, motivados pela ânsia do capital – atribuir à ação humana o status de principal vetor de aceleração dessas transformações (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014, p. 2), o que não significa dizer que este impacto só pode ser sentido agora,

* Bacharel em Arqueologia (FURG), Mestre em Arqueologia (UFRJ) e Doutor em História (PUCRS). Arqueólogo no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado da Cultura). E-mail: felipe-tramasoli@sedac.rs.gov.br.

** Bacharel em Ciências Sociais (UFSCar), Mestre em Antropologia (UFSCar) e Doutora em Ciências Sociais (Unicamp). Antropóloga no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado da Cultura). E-mail: carla-camargo@sedac.rs.gov.br.

afinal, desde meados do século XIX, já é possível observar-se uma elevação contínua da temperatura média global, sendo as quatro últimas décadas aquelas consideradas as mais quentes desde o início dos registros sistemáticos. O ano de 2023, por sua vez, foi identificado como o mais quente da história do planeta, com destaque para o território brasileiro, onde a temperatura média anual superou em 0,69°C a média histórica (Confederação Nacional de Municípios, 2024, p. 3), em função da ocorrência de ondas de calor sucessivas e eventos climáticos extremos, como a enchente de maio de 2024 que acometeu o estado do Rio Grande do Sul.

É neste contexto emergencial que a nossa reflexão se enquadra. Para além dos efeitos óbvios que eventos extremos gerados por essa condição de emergência climática podem causar para a preservação de sítios arqueológicos – tanto os já conhecidos como aqueles em potencial –, é preciso considerarmos ainda o impacto de tal circunstância na preservação daqueles acervos sob a guarda de instituições brasileiras, não menos vulneráveis às transformações ambientais em curso. Em especial, se considerarmos que, de acordo com levantamento recente da Confederação Nacional dos Municípios,

Apenas 22,6% dos gestores consideram que seus Municípios estão aptos para enfrentar o aumento de eventos climáticos extremos. Considerando os 5570 Municípios brasileiros, isso indica que aproximadamente dois em cada dez Municípios estão preparados para enfrentar eventos climáticos extremos. Esses resultados revelam-se extremamente importantes e ao mesmo tempo preocupantes quando o cenário posto é o de emergência climática e o desafio de redução de emissões de gases de efeito estufa anda a passos lentos. Ao mesmo tempo, o debate sobre financiamento climático não atende a urgência das questões climáticas, e conceitos como o de justiça climática não estão claramente definidos. A agilidade com que o aquecimento global se manifesta não corresponde à velocidade de resposta dos Municípios com ações de enfrentamento às mudanças do clima de forma a garantir resiliência, segurança e sustentabilidade à população, cenário esperado diante dos dados revelados pela CNM nesta pesquisa, diante da ausência de apoio técnico e financeiro em emergência climática. (Confederação Nacional de Municípios, 2024, p. 16)

Quer dizer, as vulnerabilidades derivadas dessa fragilidade nossa enquanto sociedade aos eventos extremos não se restringem a aspectos biofísicos e à dinâmicas ambientais – ditos naturais, logo supostos a pertencer a outra esfera ontológica –, mas estão intrinsecamente ligadas a condicionantes sociopolíticas e econômicas, fruto das dinâmicas características de conflitos inerentes às sociedades modernas, que, em última instância, materializam-se na promoção de políticas públicas que, contumazmente, estão em desacordo com o estado de emergência climática denunciado aqui.

Entre essas políticas, podemos destacar o desmonte de órgãos de fiscalização ambiental, como o IBAMA e o ICMBio (Agência Brasil, 2023); a flexibilização de normas de licenciamento ambiental, como a ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, objeto de judicialização (Supremo Tribunal Federal, 2025); o estímulo à expansão da fronteira agropecuária sobre áreas de floresta nativa (Silva, Barros, *et al.*, 2024); e o incentivo a grandes empreendimentos de infraestrutura sem avaliação e acompanhamento rigorosos e sem a devida consideração de especialistas e das comunidades diretamente afetadas sobre o impacto socioambiental (Pimentel, 2024). Por outro lado, as sucessivas reduções orçamentárias direcionadas às áreas de educação, ciência e cultura nas últimas décadas, por exemplo, comprometem significativamente o desenvolvimento e o aprimoramento de campos de atuação já historicamente relegados.

Tal cenário é encarado aqui como reflexo também dos conflitos simbólicos envolvendo narrativas sobre a memória, cujos discursos resultam na legitimação de determinados grupos em detrimento de outros em disputas contemporâneas — como no debate sobre o *marco temporal de ocupação*, tese jurídica formulada pelo Supremo Tribunal Federal, que articula, necessariamente, presença, memória e território (Ramalho, 2025). Especificamente nesta análise, tal disputa se materializa no modo como locais de memória, em especial os museus dedicados às populações subalternizadas, são tratados.

O professor [Carlos] Fausto observa que, embora alguns intelectuais brasileiros tenham imaginado uma conexão entre si e os tupis-guaranis do século XVI, eles tendiam a suprimir elementos incômodos do passado nacional, notadamente a apropriação de terras dos povos indígenas e a importação de escravizados africanos.

Na noite de 2 de setembro de 2018, o museu [Nacional] incendiou, destruindo 80% dos milhões de itens de suas coleções e de sua biblioteca de excelência internacional. Talvez a amnésia institucional do Brasil tenha permitido que governos sucessivos negligenciassem pedidos urgentes para reforçar o antigo palácio e protegê-lo contra incêndios. Felizmente, curadores acadêmicos haviam documentado uma grande parte das coleções (Kuper, 2023, p. 296).

No nosso caso, a negligência da Administração tem a mesma origem, a falta de implementação de políticas públicas voltadas à consolidação da infraestrutura museológica básica, mas em uma forma mais intensificada do mesmo problema. Afinal, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul é um museu estadual, com 47 anos de existência, que nem ao menos possui sede própria – aliás, o único da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul nessa condição.

O Museu Antropológico do Rio Grande do Sul: um contexto e a enchente

O Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, criado pelo Decreto nº 26.932 de 20 de abril de 1978, é uma instituição pública, permanente e sem fins lucrativos, vinculada administrativamente à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Cumpre papel essencial na pesquisa, preservação e difusão da memória e do patrimônio cultural do estado. Seu acervo, constituído ao longo de mais de quatro décadas, resulta de pesquisas, doações institucionais e contribuições da sociedade civil. Os primeiros bens incorporados ao acervo da instituição tiveram origem nas pesquisas arqueológicas conduzidas por Fernando La Salvia em sítios localizados na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, no final da década de 1970. Tônica que estabeleceu e consolidou o caráter

fortemente atrelado à pesquisa acadêmica realizado pelos servidores da instituição, fomentando a construção de um acervo que, atualmente, conta com aproximadamente 43 mil itens etnográficos e arqueológicos, entre cerâmicas, fotografias, registros sonoros e visuais, objetos e documentos que testemunham a diversidade cultural sul-rio-grandense.

No entanto, não obstante o esforço de seus integrantes – que já chegaram à casa das dezenas durante os anos 1980, embora tenha uma média de três servidores, ao todo, nos últimos anos –, a instituição sofre, desde sua criação, com uma grave falta de infraestrutura básica: a ausência de sede. Ao longo de sua trajetória, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul ocupou provisoriamente seis diferentes locais – uma condição que, embora transitória, acabou se estendendo por períodos indefinidos *ad aeternum*. Em um desses espaços, no ano de 1993, o museu chegou a ser alvo de uma ordem judicial de despejo, evidenciando a instabilidade institucional que marcou parte de sua existência.

De forma geral, como bem demonstrado no Plano Museológico da instituição, para além das dificuldades estruturais causadas pela não existência de um espaço próprio e adequado, a ausência de uma referência espacial, a despeito de todos os esforços empregados nas ações promovidas pela equipe do museu, enfraquece a visibilidade e a construção de uma identidade institucional mais forte.

Se o movimento de implementação de um museu de antropologia obteve êxito inicial em sua idealização de perfil e atividades fins, desde o início o projeto careceu da definição e da destinação de uma sede própria. Diferente de museus criados a partir da existência e “vocação” referencial de uma casa, de um lugar associado e investido por agentes públicos de valor histórico e patrimonial, dado por personagem político relevante (como o Museu Júlio de Castilhos), por acontecimento ou por empreendimento de ofício de relevância histórica (como o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e o Museu do Carvão), a proposta do MARS perseguia um modelo idealizado, de algo a ser instituído e relacionado a um modelo de “museu de antropologia” e a diversidade de patrimônios culturais de coletivos, na maioria dos casos, sem visibilidade e ocultados em suas

territorialidades. Sem um lugar, sem um prédio referencial que dotasse de força política e patrimonial [...] a perda de espaços expositivos próprios, e de uma identidade institucional vinculada a uma identidade de museu como lugar, inviabilizada por ausência de comunicação e de fluidez de trânsito ao rés do chão, quando posto em distantes salas no obscuro décimo andar de imenso prédio, que abriga muitas empresas comerciais e até apartamentos residenciais. A partir de então, inúmeros projetos de exposição, seminários, cursos, ações educativas realizados em espaços institucionais cedidos ou em parceria, nem sempre reverteram em reconhecimento sólido da imagem institucional do MARS, muitas vezes sendo eclipsado pela imagem das instituições anfitriãs dos espaços, aos olhos do público. (Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, 2022, p. 9-11)

Atualmente, a sede administrativa do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul ocupa uma sala de cerca de 40 metros quadrados no Memorial do Rio Grande do Sul — edifício construído entre 1910 e 1913 para sediar os Correios e Telégrafos, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e posteriormente cedido ao Estado do Rio Grande do Sul. O acervo, entretanto, encontra-se em endereço

distinto: um prédio de ocupação mista na Rua dos Andradas, no Centro Histórico de Porto Alegre (Figura 1), onde está distribuído em três salas comerciais de aproximadamente 40 metros quadrados cada, compartilhando o espaço com uma variedade de serviços, entre os quais se destacam escritórios de advocacia, contabilidade e consultorias; clínicas médicas, odontológicas, estéticas e de psicologia; empresas ligadas ao setor financeiro, como bancos, cooperativas de crédito, financeiras e seguradoras; além de escritórios de representação comercial e de capacitação profissional, estando presentes ainda órgãos e entidades voltados ao trabalho, previdência e seguridade social, bem como associações de classe e serviços administrativos diversos.

Quer dizer, esta circunstância presente – e constante – compromete diretamente tanto o conhecimento do público, na ausência de uma referência clara à instituição, quanto o acesso e o controle técnico dos acervos sob sua guarda e, principalmente, a sua comunicação. A separação física entre a equipe técnica e os objetos musealizados, por exemplo, dificulta a implementação de rotinas adequadas de monitoramento, conservação e segurança, além de inviabilizar ações educativas ou de mediação direta com o público.



Figura 1 - *Existe um museu aqui dentro.* Edifício Santa Cruz, localizado na Rua dos Andradas, 1234, no Centro Histórico de Porto Alegre.

Fonte: autores (2024).



Figura 2 - Prédio do Memorial do Rio Grande do Sul atingido pela enchente de maio de 2024.

Fonte: Arquivo Sedac

Ademais, ambos os edifícios que atualmente abrigam o Museu — tanto a sede administrativa no Memorial quanto os espaços de reserva técnica — foram atingidos pela enchente de maio de 2024 em Porto Alegre (Figura 2), evidenciando de forma contundente a vulnerabilidade estrutural da instituição frente a eventos climáticos extremos e a urgência de estratégias que garantam sua continuidade institucional e a salvaguarda dos bens.

No caso do edifício do Memorial do Rio Grande do Sul, embora nenhum bem sob a guarda do Museu Antropológico tenha sido diretamente atingido, o térreo permaneceu submerso por mais de um mês. Já no piso superior, diversos bens a serem potencialmente incorporados ao acervo etnográfico e que aguardavam análise pela equipe do museu foram expostos a condições críticas de umidade relativa. No prédio comercial onde ficam os bens arqueológicos, os acervos encontram-se no 10º andar da edificação e, embora não tenham sido igualmente atingidos, o prédio em questão foi. Além de impossibilitar o acesso por mais de um mês por conta do nível da água, a cheia do Guaíba atingiu a rede elétrica do Centro Histórico da cidade, que é

subterrânea, deixando a região sem luz por cerca de um mês, além de afetar as subestações internas de luz de ambos os prédios, que só retornaram à normalidade semanas após a retomada da rede elétrica na região.

Os acervos de um museu de antropologia sem sede frente à crise climática

Eventos climáticos extremos geram desastres cujos efeitos, embora alcancem amplos segmentos sociais, recaem de forma desproporcional sobre as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, que dispõem de menor capacidade adaptativa e de resposta frente às perdas. No Brasil, os desastres desencadeados por precipitações intensas tendem a se tornar mais frequentes e severos, atingindo especialmente os segmentos mais pobres da população. De igual forma, embora tais eventos atinjam instituições e espaços de memória indiscriminadamente, os efeitos e as respostas de tais locais ocorrem de modo desigual e em ritmos distintos.

No caso do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, essa desigualdade manifesta-se de forma ainda mais aguda. A instituição, que não possui sede própria e cuja administração funciona no interior do Memorial do Rio Grande do Sul, ficou com seus espaços inacessíveis por cerca de 45 dias em razão da enchente. Contudo, a ausência de sede física própria — problema histórico e estrutural — faz com que o museu seja constantemente invisibilizado nos momentos de crise. Enquanto outras instituições culturais de maior visibilidade, como a Casa de Cultura Mário Quintana e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Sul21, 2025), além do próprio Memorial do Rio Grande do Sul, mobilizaram respostas emergenciais mais rápidas e receberam atenção pública e governamental, o Museu Antropológico permaneceu à margem, como se sequer tivesse sido afetado.

Esse quadro evidencia não apenas uma assimetria na gestão de riscos e na capacidade de resposta entre as instituições culturais, mas também reproduz, no campo da memória, as mesmas desigualdades socioambientais que atingem populações em situação de vulnerabilidade. O fato de um museu voltado justamente à salvaguarda e valorização das culturas indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais ser relegado a uma posição secundária em termos de reconhecimento e assistência — historicamente e em tempos de catástrofe — revela um paradoxo doloroso: as instituições que se dedicam a dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados são, elas próprias, marginalizadas nas políticas de preservação e, consequentemente, de resposta a emergências.

A ausência de sede própria e a precariedade estrutural do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul não apenas dificultam a gestão cotidiana de seus acervos, como também amplificam sua vulnerabilidade frente a eventos climáticos extremos. Essa condição é agravada pela limitação de recursos humanos e tecnológicos, o que compromete a capacidade da instituição de implementar medidas adaptativas eficazes, tornando suas coleções mais vulneráveis aos impactos climáticos. Essa constatação reforça o argumento de que a desigualdade na capacidade de resposta entre instituições culturais não é apenas técnica, mas também política, refletindo a marginalização

histórica de museus voltados à preservação de culturas subalternizadas.

Nesse sentido, deve-se sempre reforçar que museus não são apenas guardiões de bens, mas também garantidores de direitos fundamentais, como o acesso à memória, à cultura e à identidade. Logo, quando um museu é privado de condições materiais mínimas de funcionamento e de respostas adequadas diante de uma crise climática, o que se compromete não é apenas a integridade de seu acervo, mas também a continuidade dos direitos culturais das comunidades que ele se propõe a representar. A situação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, portanto, torna-se um caso emblemático para compreender como as desigualdades sociais e ambientais se refletem também no campo da preservação do patrimônio, indicando a urgência de políticas públicas que tratem a cultura como dimensão estratégica da adaptação e da resiliência climática.

Como não foi diferente de outros museus e instituições de cultura do Rio Grande do Sul em maio de 2024, a enchente atingiu muitos projetos do Museu Antropológico — muitos deles irreversíveis. Interrompemos a montagem de uma exposição, o que causou muitos prejuízos às obras que seriam expostas; perdemos a capacidade de acessar alguns computadores e arquivos que ficaram comprometidos após os 45 dias de enchente, mas nossa principal dificuldade foi em um projeto que estava sendo construído coletivamente. Este projeto consistia na elaboração coletiva de registros de narrativas e memórias do Batuque, tradição religiosa de matriz africana, gestada desde o século XIX, no Rio Grande do Sul. Com bastante foco na oralidade, nossa proposta também engendrava a cultura material das “casas” de linha contínua. Mas toda a rede que o projeto mobilizava foi diretamente atingida pelas enchentes, sendo uma das nossas principais interlocutoras atingida por dois alagamentos em sua casa (em Eldorado do Sul) e vindo a falecer na véspera de um temporal de grande proporção em 2025. O exemplo reitera o nosso argumento, as vulnerabilidades são maximizadas em contextos de catástrofe climática, o que maximiza o contexto de risco de extinção às memórias das sociabilidades e inscrições socioculturais em transformação.

Diante desse cenário, é possível reconhecer que a atuação dos servidores do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul se distribui em dois campos distintos, ainda que interdependentes: de um lado, o estratégico, de natureza política, que envolve a luta pelo reconhecimento institucional, pela conquista de uma sede própria e pela inserção da cultura como dimensão central das políticas de adaptação climática; de outro, o operacional, de natureza prática e cotidiana, que corresponde às tarefas concretas de gestão de acervo, documentação, conservação, difusão e atendimento às demandas imediatas da sociedade. Como não estamos posicionados em instâncias de decisão e poder, nossos esforços, embora orientados também para o campo estratégico, concentram-se inevitavelmente no operacional, onde buscamos garantir a continuidade mínima das funções museológicas diante das adversidades.

Nesse esforço cotidiano, uma das estratégias encontradas para enfrentar a invisibilidade institucional — intensificada pela experiência da enchente e pela ausência de uma sede física — tem sido a aposta no Tainacan — e na oportunidade de utilizar o WordPress como espaço para um site institucional controlado pela equipe do museu — como instrumento de difusão, preservação e presença digital. Ao disponibilizar e organizar os acervos em uma plataforma aberta e acessível, o museu encontra meios de reafirmar sua existência pública, ampliar o acesso social ao patrimônio que custodia e, sobretudo, inscrever-se em um espaço de visibilidade que não depende exclusivamente de estruturas físicas. Trata-se, em última instância, de um recurso de resistência e de resignificação: ao mesmo tempo em que denuncia as condições precárias de sua materialidade institucional, o museu reivindica, pela via digital, seu papel como espaço de memória e direitos culturais em tempos de crise climática — e é precisamente nesse ponto que se abrem novas possibilidades de análise.

Diante da impossibilidade de garantir condições físicas mínimas para a salvaguarda dos bens culturais sob sua guarda, o MARS tem investido na digitalização como alternativa estratégica para mitigar riscos e ampliar sua presença institucional. A adoção da plataforma Tainacan, integrada ao WordPress, permite não apenas a

organização e difusão dos acervos em ambiente digital aberto, mas também a criação de cópias de segurança que funcionam como salvaguarda diante de desastres. Essa prática está alinhada com uma tendência emergente de que instituições de memória criem arquivos digitais resilientes e acessíveis que preservem o patrimônio cultural contra a destruição e que, entre outras questões, facilitem a tomada de decisões durante e após desastres. Assim, a curadoria digital resiliente adotada pelo MARS não é apenas uma resposta técnica, mas uma ação política que reafirma o direito à memória em tempos de crise climática.

Uma estratégia: o uso do Tainacan como difusão e preservação

O Tainacan é um software livre e flexível para a gestão e publicação de coleções digitais, desenvolvido por uma rede de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em parceria com instituições culturais, representando um grande avanço para o campo museal (OLIVEIRA, 2021). Integrado ao WordPress, um sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) gratuito e de código aberto, amplamente utilizado para criação e administração de sites e blogs, ele permite que usuários publiquem e organizem acervos com a mesma facilidade de criação de blogs, mas com os requisitos técnicos de um repositório profissional. O nome "Tainacan" faz referência à lenda indígena carajá do deus das constelações, evocando a percepção da vastidão do espaço e suas múltiplas possibilidades de conexão. Essa escolha simbólica reforça a proposta da plataforma de promover o acesso, a organização e a articulação de acervos digitais de forma ampla e integrada (Tainacan, 2025). Além de ser possível instalá-lo localmente, o Tainacan também pode ser utilizado no modelo Software as a Service (SaaS), em que a aplicação é acessada pela internet, sem necessidade de instalação ou infraestrutura própria, facilitando o uso por instituições que buscam uma solução completa, escalável e de baixo custo para difusão (Figura 3).

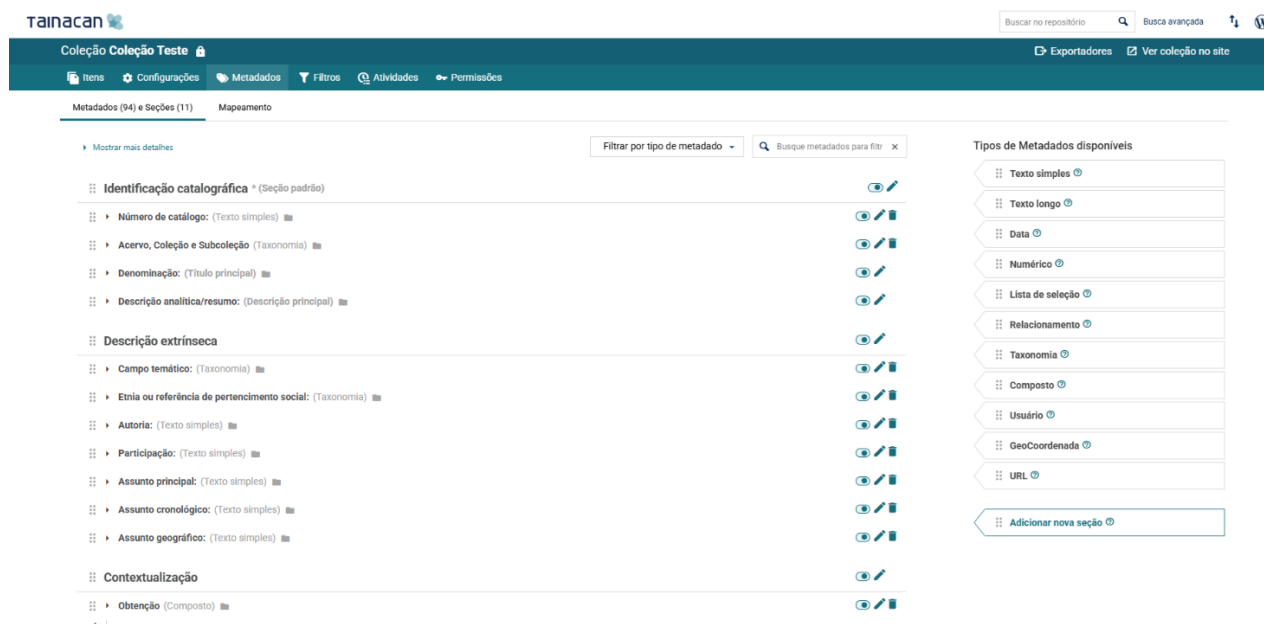


Figura 3 - Interface da aplicação Tainacan na construção de metadados de coleção

Fonte: Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (2025)

A adoção do Tainacan no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (mars.rs.gov.br) surge inicialmente como demanda trazida pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, a partir do Grupo de Trabalho Acervos da Cultura, um programa estratégico da secretaria voltado à ampliação do acesso à informação e ao fortalecimento da preservação dos bens culturais. Em um segundo momento, foi entendido pela equipe da instituição como a possibilidade de prover resposta ao duplo desafio já delineado aqui: a ausência de sede física e a crescente vulnerabilidade climática que ameaça tanto o acesso ao patrimônio quanto a sua preservação. Nesse cenário, a digitalização e a inserção do acervo em uma plataforma aberta como o Tainacan configuram-se como uma alternativa estratégica para garantir tanto a difusão quanto a preservação do patrimônio. A noção de “curadoria digital resiliente” é fundamental para compreender essa escolha: trata-se de pensar a gestão digital não apenas como reprodução virtual do acervo, mas como uma forma ativa de proteção, visibilização e resistência diante das vulnerabilidades institucionais e ambientais e pode ser aprofundada à luz das discussões sobre ontologias e epistemologias do patrimônio digital em contextos de big data, conforme propõem Bonacchi e Krzyanska (2019, p. 2), ao destacar que a

tecnalidade — ou seja, a eficácia operacional da tecnologia — é parte tanto da metodologia quanto do objeto investigado. Assim, ao deslocar parte de sua presença para o espaço digital, o MARS não apenas mitiga riscos de invisibilidade, mas também fortalece sua capacidade de manter-se acessível e socialmente relevante mesmo em extremamente adversos como já expostos aqui.

Portanto, a digitalização não é uma opção meramente tecnológica, como o caso de muitos outros museus sob a égide da Administração pública estadual, mas uma estratégia de sobrevivência institucional e de fortalecimento de direitos culturais. No caso do MARS, que tem como missão representar e salvaguardar culturas indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, estar presente digitalmente significa também resistir à marginalização histórica dessas comunidades, assegurando que suas memórias e identidades continuem acessíveis, difundidas e preservadas para o futuro.

O processo de adoção do Tainacan pelo Museu Antropológico foi estruturado em etapas complementares, que se articulam entre si, e que, pelas dinâmicas do trabalho, muitas vezes, acabam ocorrendo concomitantemente. O primeiro passo consistiu na atualização e sistematização do inventário, reunindo dados dispersos em planilhas,

fichas físicas e registros institucionais. Essa etapa exige a padronização de informações, a definição de metadados mínimos e a construção de vocabulários controlados, em consonância com as recomendações nacionais e internacionais para documentação museológica, bem como com as preocupações internas de homogeneizar, na medida do possível, o tratamento sobre os seus acervos. Afinal, a presente distinção entre “arqueológico” e “etnográfico”, embora encontre justificativa no fato de bens arqueológicos serem bens da união e submetidos à função policalesca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), essa operação instrumental, quando extrapolada da esfera administrativa, serve como um discurso que reforça premissas e pressuposições equivocadas calcadas em dicotomias como passado/presente – o que combatemos ativamente.

Em seguida, estamos avançando para a catalogação, etapa em que os registros do inventário são enriquecidos com informações contextuais, descritivas e analíticas, permitindo não apenas identificar os bens, mas também situá-los em suas dimensões culturais, históricas e sociais. Essa fase está sendo especialmente relevante, posto nosso acervo abranger diferentes tipologias documentais (audiovisuais, fonográficos, iconográficos, tridimensionais e textuais), além de ser o momento em que estamos buscando criar maneiras de incorporar na institucionalidade e na burocracia da Administração formas de participação social que sejam entendidas como fundamentais e estratégicas.

A etapa seguinte envolve a digitalização, com a produção de imagens (Figura 4), cópias de arquivos físicos e arquivos digitais, como modelos 3D, representativos dos acervos. Além de possibilitar o acesso remoto, esse processo visa criar cópias de segurança que funcionem como salvaguarda diante de eventos extremos. A digitalização segue protocolos técnicos de resolução, calibração de cor e padronização de formatos, de modo a garantir qualidade e interoperabilidade a longo prazo.



Figura 4 - Reprodução de bola de boleadeira em ácido polilático (PLA)

Fonte: Autor (2025)

Por fim, ocorre a inserção dos dados no Tainacan do Museu Antropológico, integrando inventário, catalogação e digitalização em um único ambiente digital. Essa etapa não apenas dá visibilidade ao acervo, mas também permite estabelecer conexões semânticas entre registros, favorecendo a pesquisa, a difusão e a interoperabilidade com outras plataformas digitais e bases de dados culturais.

Evidentemente que ao longo desse processo, diversos desafios estão sendo enfrentados. Para além dos diversos problemas já apontados, a infraestrutura tecnológica da instituição revela-se, de igual forma, precária, o que acaba exigindo soluções “criativas”. A equipe do museu precisa rotar internet de seus próprios aparelhos celulares, improvisar estúdios fotográficos e, até mesmo, utilizar equipamentos particulares de forma a possibilitar a continuidade dos trabalhos. Além disso, a equipe reduzida impõe um ritmo mais lento às etapas de trabalho, ampliando a sobrecarga de servidores que já acumulam múltiplas funções, como tarefas administrativas, posto que a instituição não conta com pessoa da área. Ainda, evidentemente, houve necessidade de capacitação técnica em catalogação digital e uso do Tainacan, o que demandou tempo e esforço adicional. Apesar

dessas dificuldades, a adoção da plataforma consolidou-se como um marco na trajetória do museu, sendo que os relatórios internos indicam um aumento progressivo de acessos e visualizações, com alcance não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outras regiões do Brasil e no exterior. Tais indicadores demonstram que a presença digital, além de estratégia de sobrevivência, tornou-se também uma via de expansão do impacto social e cultural da instituição.

Considerações finais

A experiência do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul revela como a gestão digital de acervos, por meio da plataforma Tainacan, pode se constituir em uma estratégia de resistência institucional e de justiça socioambiental em tempos de crise climática. A ausência histórica de sede própria, somada à vulnerabilidade frente a eventos extremos como a enchente de 2024, expõe não apenas fragilidades materiais, mas também desigualdades estruturais que atravessam o campo da memória e da cultura. Nesse contexto, a digitalização do acervo não se limita a uma solução técnica, mas emerge como resposta política e simbólica à invisibilidade institucional e à marginalização das populações que o museu representa, quer dizer, a atuação digital da instituição pode ser compreendida como uma forma de microativismo patrimonial, nos moldes do que Bonacchi & Krzyzanska (2019) identificam em estudos sobre a memória e os usos do passado em debates políticos nas redes sociais.

Ao integrar inventário, catalogação e digitalização em um ambiente digital aberto e interoperável como o Tainacan, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul não apenas amplia o alcance público de seu acervo, mas também se insere em redes de circulação de memória que transcendem os limites físicos, institucionais e geográficos impostos por sua precariedade estrutural. Essa inserção digital representa uma inflexão estratégica na museologia contemporânea, especialmente quando pensada sob a ótica da justiça climática e da museologia social, pois permite que o museu atue como agente ativo na defesa de direitos culturais de populações historicamente

vulnerabilizadas — indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais — cujas narrativas foram sistematicamente silenciadas ou marginalizadas nos processos de construção da memória oficial.

A curadoria digital resiliente, nesse contexto, não se limita à reprodução técnica de objetos musealizados, mas constitui uma prática política de resistência e afirmação. O engajamento digital com o patrimônio não é neutro, mas envolve escolhas epistemológicas e éticas que moldam a forma como o passado é apropriado e instrumentalizado em contextos contemporâneos. Ao deslocar parte de sua presença institucional para o espaço digital, o Museu Antropológico não apenas mitiga os efeitos da invisibilidade provocada pela ausência de sede física e pela negligência estatal, como também fortalece sua capacidade de garantir o direito ao acesso à memória, à cultura e à identidade — dimensões reconhecidas como fundamentais pela Constituição Federal e pela doutrina dos direitos intergeracionais. A adoção do Tainacan, portanto, deve ser compreendida como uma resposta articulada à emergência climática e às desigualdades socioambientais, funcionando como um dispositivo de continuidade institucional e de democratização do patrimônio.

A implementação do Tainacan trouxe resultados significativos para o MARS em diferentes frentes. Do ponto de vista da acessibilidade, a plataforma ampliou o alcance do acervo, tornando-o disponível a pesquisadores, estudantes, comunidades indígenas e quilombolas, e ao público em geral, independentemente das limitações físicas impostas pela falta de sede. A presença digital permite que o museu dialogue com públicos geograficamente distantes, expandindo sua atuação para além dos limites regionais. No campo da segurança da informação, a digitalização contribuiu para reduzir os riscos de perda irreversível em situações de desastre. Embora não substitua a preservação física, a existência de registros digitais de alta qualidade funciona como camada adicional de proteção e assegura a continuidade do acesso, mesmo em contextos de vulnerabilidade.

Ao utilizarmos o Tainacan como ferramenta de preservação e difusão de bens patrimoniais em um museu voltado à diversidade sociocultural, reafirmamos que os povos

historicamente convocados ao debate sobre o futuro do planeta diante da crise climática não devem ser vistos apenas como a “última esperança” de salvação da humanidade, mas como agentes de longa duração, cuja presença e marcas no território moldam e sustentam formas plurais de existência. O direito à memória desses povos — inscrita em objetos, mitos e práticas socioculturais — constitui não apenas um patrimônio coletivo, mas também uma estratégia de resiliência frente aos eventos climáticos extremos. Afinal, as populações tradicionais convivem há séculos com a experiência reiterada de diferentes “fins de mundo”, e o que hoje se apresenta como ameaça global já se impôs a elas em múltiplas temporalidades. Reconhecer e preservar suas narrativas e materialidades, portanto, é também reconhecer que o “fim do mundo” que agora alcança o mundo branco já foi enfrentado, resistido e transformado em saberes, práticas e memória por aqueles que sempre estiveram à frente na luta pela vida.

Embora a curadoria digital resiliente represente uma estratégia relevante frente à vulnerabilidade institucional e climática, é necessário reconhecer seus limites. A digitalização não substitui a infraestrutura física, tampouco resolve as desigualdades de acesso à tecnologia. Sem políticas públicas que garantam conectividade, capacitação e preservação digital de longo prazo, há o risco de que a presença digital se torne mais uma camada de invisibilidade. Portanto, a curadoria digital deve ser compreendida como parte de um conjunto articulado de ações que envolvem infraestrutura, financiamento e reconhecimento institucional.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL.** Marina Silva denuncia desmonte na fiscalização ambiental. Agência Brasil, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/marina-silva-denuncia-desmonte-na-fiscalizacao-ambiental>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- BONACCHI, Chiara.; KRZYANSKA, Marta.** Digital heritage research re-theorised: ontologies and epistemologies in a world of big data. **International Journal of Heritage Studies**, v. 25, n. 2, p. 123-142, 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Emergência Climática.** Brasília: CNM, 2024. Disponível em: <https://cnm.org.br/biblioteca/exibe/15246>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2014 - Synthesis Report - Summary for Policymaker.** [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.
- KUPER, Adam. The Museum of Other People: from colonial acquisitions to cosmopolitan exhibitions.** London: Profile Books, 2023.
- MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. Plano Museológico 2022-2025.** Porto Alegre: Secretaria Estadual da Cultura do RS, 2022.
- OLIVEIRA, Amanda de Almeida.** A experiência da difusão dos acervos dos museus Ibram: a implantação do projeto Tainacan. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, p. 90-106, 2021.
- PEREIRA, Diully Novaczyk. Fragmentado como o próprio objeto: desafios na musealização arqueológica da primeira coleção do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia).** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PIMENTEL, Rodrigo Augusto da Silva. **Identificação e avaliação de externalidades em empreendimentos hidroelétricos: o caso da Usina de Belo Monte.** Tese (Programa Doutoral em Engenharia Industrial e Sistemas). Universidade do Minho, Braga, Portugal 2024.

RAMALHO, Walderez. Marco temporal e políticas do tempo: raízes de um equívoco histórico. **Revista Brasileira de História**, v. 45, n. 98, p. 1-24, 2025.

ROBERTS, John Timmons.; PARKS, Bradley. Ecologically Unequal Exchange, Ecological Debt, and Climate Justice: the history and implications of three related ideas for a new social movement. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 50, n. 4, p. 385-409, 2009.

SESANA, Elena; GAGNON, Alexandre; CIANTELLI, C.; CASSAR, JoAnn; HUGHES, John. Climate change impacts on cultural heritage: A literature review. **WIREs Climate Change**, 12, n. 6, 2021. 1-29.

SILVA, Vitória Emily Penedo da; BARROS, Quétilla Souza; OLIVEIRA, Isla Camile Araújo de; PINHEIRO, Romário de Mesquita; FERREIRA, Evandro José Linhares. Desmatamento na Amazônia Legal: uma análise espaço temporal, utilizando agropecuária como vetor de supressão. **Scientia Naturalis**, v. 6, n. 2. p. 706-718, 2024.

SUL21. **MARGS inaugura nova reserva técnica para acervo de obras do museu.** Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/cultura/2025/08/margs-inaugura-nova-reserva-tecnica-para-acervo-de-obras-do-museu/>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Simplificação do licenciamento ambiental no RS só vale para atividades de pequeno impacto, decide STF. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/simplificacao-do-licenciamento-ambiental-no-rs-so-vale-para-atividades-de-pequeno-impacto-decide-stf/>. Acesso em: 15 abr. 2025

TAINACAN. **Wiki do Tainacan**. Disponível em: <https://tainacan.github.io/tainacan-wiki/#/pt-br/?id=wiki-do-tainacan>. Acesso em: 16 jul. 2025.